



e s t u d o s

Organização dos Cursos Profissionais dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública da RAM

Relatório intercalar



APROVADO EM 12 DE FEVEREIRO DE 2026, PELO DIRETOR DA
INSPEÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, JORGE MANUEL DA SILVA
MORGADO.

TÍTULO: *Organização dos Cursos Profissionais dos
Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública da RAM –
Relatório Intercalar*

AUTORIA: *Inspeção Regional de Educação*

ANO: 2026

Inspeção Regional de Educação

Rua das Hortas, n.º 16 e 18

9054-506 Funchal

Telefone: 291 145 510

Fax. 291 145 511

Correio eletrónico: ire@madeira.gov.pt

Sítio da Internet: www.madeira.gov.pt/ire

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório expressa os resultados do estudo sobre a organização dos cursos profissionais, implementado no âmbito do plano estratégico da Inspeção Regional de Educação em 7 estabelecimentos de ensino da rede pública da Região Autónoma da Madeira (RAM) com oferta de cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação, escolar e profissional, nos anos letivos de 2022/2023, 2023/2024 e 2024/2025, com recurso a metodologias quantitativas e qualitativas.

Partindo de uma análise ao modelo organizacional constituído nos diversos estabelecimentos intervencionados, e considerando as opções tomadas relativamente à gestão curricular e pedagógica das aprendizagens e ao papel destinado aos diversos intervenientes, apresentam-se as estratégias, os mecanismos e os procedimentos internos adotados com vista a uma adequada implementação dos cursos. Identificam-se os constrangimentos e dificuldades observados, apresentam-se recomendações e formulam-se sugestões de melhoria.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
ÍNDICE	3
Índice de gráficos	4
SIGLAS E ACRÓNIMOS	5
1. ENQUADRAMENTO	6
1.1. Objetivos	6
1.2. Âmbito e duração	7
1.3. Metodologia e procedimentos	7
1.4. Estabelecimentos intervencionados	7
1.5. Colaboração dos estabelecimentos	13
2. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS	14
2.1. LIDERANÇA E GESTÃO	14
2.1.1. Estruturas e cargos de coordenação pedagógica	14
2.1.2. Oferta formativa e sua divulgação	16
2.1.3. Constituição de turmas e gestão da carga horária	17
2.1.4. Formação em contexto de trabalho	18
2.1.5. Serviço docente	19
2.1.6. Parcerias e protocolos	20
2.1.7. Organização dos processos individuais dos alunos	21
2.2. GESTÃO CURRICULAR E AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	21
2.2.1. Gestão curricular e pedagógica	21
2.2.2. Avaliação das aprendizagens	23
2.2.3. Resultados escolares	25
3. CONCLUSÕES	26
4. RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS	27
4.1. Recomendações aos estabelecimentos	27
4.2. Propostas à tutela	28

ESTUDOS

Organização dos Cursos Profissionais dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública da RAM
Relatório Intercalar

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Número de alunos a frequentar cursos profissionais por estabelecimento.....	8
Gráfico 2 - Análise comparativa do número total de alunos com o número de alunos a frequentar cursos profissionais por estabelecimento.....	8
Gráfico 3 - Relação dos cursos / turmas em funcionamento em cada concelho.	9
Gráfico 4 - Relação dos alunos do estabelecimento A distribuídos por curso e ano de escolaridade.	10
Gráfico 5 - Relação dos alunos do estabelecimento B distribuídos por curso e ano de escolaridade.	10
Gráfico 6 - Relação dos alunos do estabelecimento C distribuídos por curso e ano de escolaridade.	11
Gráfico 7 - Relação dos alunos do estabelecimento D distribuídos por curso e ano de escolaridade.	11
Gráfico 8 - Relação dos alunos do estabelecimento E distribuídos por curso e ano de escolaridade.	11
Gráfico 9 - Relação dos alunos do estabelecimento F distribuídos por curso e ano de escolaridade.	12
Gráfico 10 - Relação dos alunos do estabelecimento G distribuídos por curso e ano de escolaridade.....	12
Gráfico 11 - Análise comparativa do número total de docentes com o número de docentes afetos aos CP em cada estabelecimento.	13

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AE - Aprendizagens essenciais
CC - Coordenador de curso
CD - Cidadania e desenvolvimento
CE - Conselho executivo
CGT - Crédito global de tempos
CP - Cursos profissionais
CPdg - Conselho pedagógico
CT - Conselho de turma
DAC – Domínios de autonomia curricular
DC - Diretor de curso
DRE - Direção Regional de Educação
DT - Diretor de turma
EA - Entidade de acolhimento
EE - Encarregado de educação
FCT - Formação em contexto de trabalho
HD - Horário dos docentes
IRE – Inspeção Regional de Educação
PAP - Prova de aptidão profissional
PASEO - Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória
PEE - Projeto educativo de escola
PT - Projeto de turma
PTI - Plano de trabalho individual
PIA - Processo individual do aluno
RAM - Região Autónoma da Madeira
RB - Registo biográfico
RCP - Regulamento dos cursos profissionais
RI - Regulamento interno
SA - Serviços administrativos
SASE – Serviços de ação social educativa
UFCD – Unidades de formação de curta duração

E S T U D O S

Organização dos Cursos Profissionais dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública da RAM
Relatório intercalar

1. ENQUADRAMENTO

O presente estudo integra a estratégia da Inspeção Regional de Educação (IRE), constituindo-se como um meio para o aprofundamento concetual, temático e metodológico por forma a criar oportunidades e condições para a produção de conhecimento relevante para a tomada de decisão, em consonância com o constante no artigo 15.º do Despacho n.º 69/2018, de 22 fevereiro.

Com este estudo, pretende-se analisar as práticas implementadas nos diversos estabelecimentos, no exercício da sua autonomia, no que concerne ao modelo organizacional constituído, à gestão curricular e pedagógica das aprendizagens e respetivas avaliações bem como ao papel que é desempenhado pelos diversos intervenientes da comunidade – órgãos de gestão dos diversos níveis, docentes, alunos, encarregados de educação (EE) e entidades de acolhimento (EA) – induzindo à reflexão.

Pretende-se, igualmente, que da investigação emergja um aprofundamento concetual acerca das matérias em estudo que venha a dar um contributo relevante para a tomada de decisão, designadamente no que concerne a uma aferição da qualidade das diversas práticas no sentido de apurar aspetos dignos de relevo e situações que necessitem de reequacionamento e melhoria.

1.1. Objetivos

Constituem objetivos do estudo:

1. Analisar as práticas implementadas nos estabelecimentos de ensino da rede pública da RAM no que toca à organização e funcionamento dos cursos profissionais.
2. Verificar a conformidade entre as práticas adotadas pelos estabelecimentos de ensino e os referenciais normativos em vigor.
3. Apreciar o planeamento, o desenvolvimento e a avaliação da ação educativa, no que concerne à sua correlação com o disposto no perfil dos cursos, no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e nas Aprendizagens Essenciais (AE).
4. Promover a reflexão crítica, a implementação de estratégias diversificadas, ajustadas aos estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos, bem como a autoavaliação das práticas.
5. Identificar boas práticas na implementação dos cursos profissionais.

1.2. Âmbito e duração

A estudo OCPEERP está a ser implementado de acordo com as seguintes fases:

- ano letivo de 2022/2023: testagem numa escola-piloto;
- anos letivos de 2022/2023, 2023/2024 e 2024/2025: aplicação em 7 estabelecimentos de ensino da RAM com oferta de CP de nível secundário de dupla certificação, escolar e profissional;
- ano letivo 2025/2026 e seguintes: aplicação nos restantes 5 estabelecimentos de ensino da RAM com CP.

1.3. Metodologia e procedimentos

O presente estudo compreende o planeamento e preparação das equipas responsáveis pela sua aplicação; a execução do estudo no terreno; a elaboração de um memorando por estabelecimento e a produção de relatório intercalar e de relatório final.

A sua implementação nos estabelecimentos envolve as seguintes etapas de trabalho: comunicação prévia; apresentação da atividade; reuniões com o presidente do conselho executivo (CE) e o elemento do CE responsável pelos CP; entrevistas em painel com elementos da comunidade educativa, nomeadamente detentores de cargos de gestão intermédia, docentes, EE, alunos, representantes dos serviços administrativos (SA) e representantes das EA; recolha e análise dos documentos de planeamento.

1.4. Estabelecimentos intervencionados

Até à presente data, foram analisados 7 estabelecimentos, todos com ensino básico e ensino secundário, de dimensões diferentes, de 7 concelhos: 1 do Funchal, 1 de Santa Cruz, 1 de Câmara de Lobos, 1 da Ribeira Brava, 1 da Ponta de Sol, 1 de São Vicente e 1 de Santana, doravante designados por letras de A a G.

Os estabelecimentos a que se reporta o presente estudo apresentam características variadas, designadamente no que concerne às singularidades dos meios envolventes, uns peçados de atributos urbanos, outros em que prevalecem particularidades rurais, e à própria dimensão, sendo que o estabelecimento A, o de maior dimensão, apresenta um total de 1225 alunos e o estabelecimento G, o de menor dimensão, regista um total de 253 alunos. Não é possível

ESTUDOS

[Handwritten signature]

estabelecer uma correlação entre a dimensão do estabelecimento e o número de alunos a frequentar CP.

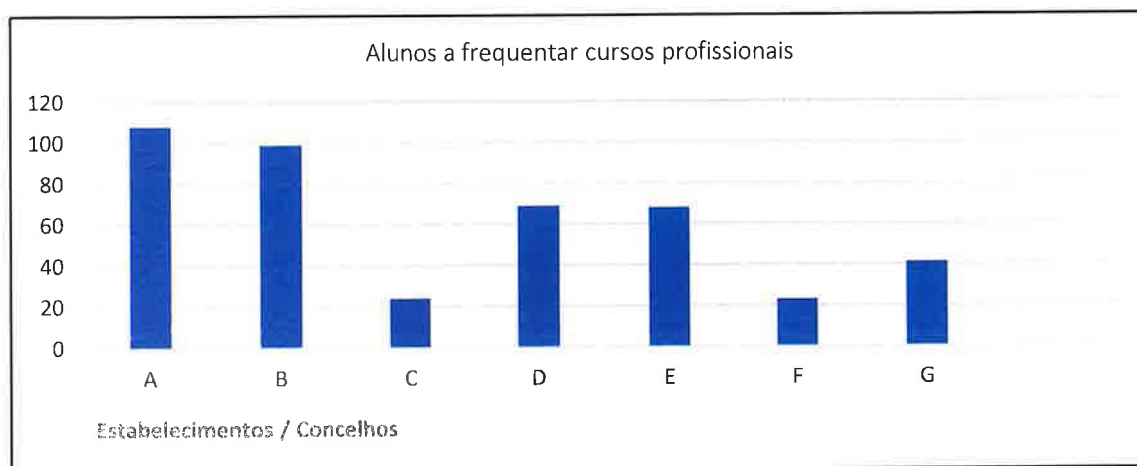


Gráfico 1 - Número de alunos a frequentar cursos profissionais por estabelecimento.

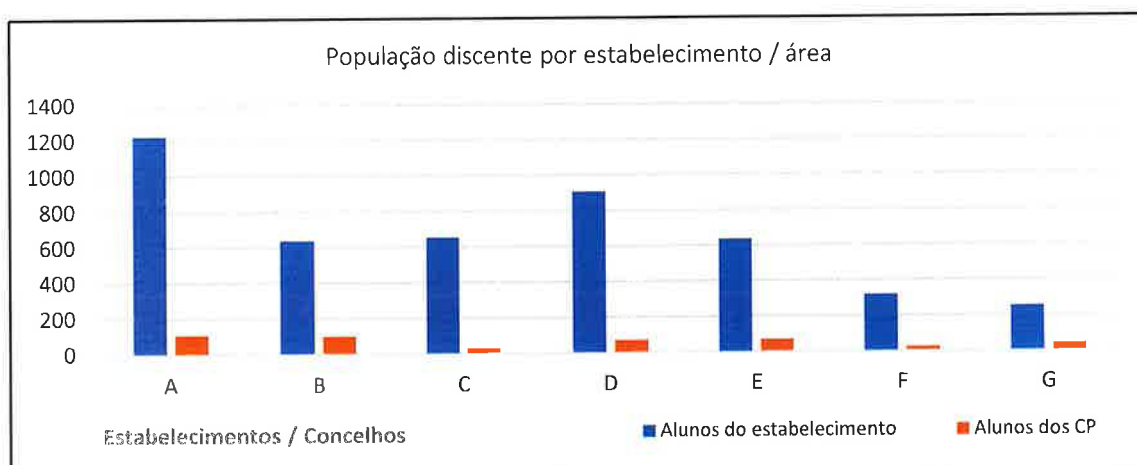


Gráfico 2 - Análise comparativa do número total de alunos com o número de alunos a frequentar cursos profissionais por estabelecimento.

Do ponto de vista percentual, o número de alunos a frequentar CP é de: 8,81% no estabelecimento A; 15,51% no estabelecimento B; 3,68% no estabelecimento C; 7,62% no estabelecimento D; 10,70% no estabelecimento E; 7,19 % no estabelecimento F; 16,20% no estabelecimento G.

Apurou-se que todos apresentam um projeto educativo (PEE) orientado para a realidade social local, em resposta às necessidades e problemáticas da respetiva comunidade pelo que se verifica uma grande heterogeneidade na seleção dos cursos.

Assinala-se, como traços comuns, o facto de ministrarem, concomitantemente, ensino básico e ensino secundário e apresentarem mais do que uma oferta de ensino secundário.

ESTUDOS

Organização dos Cursos Profissionais dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública da RAM
Relatório intercalar

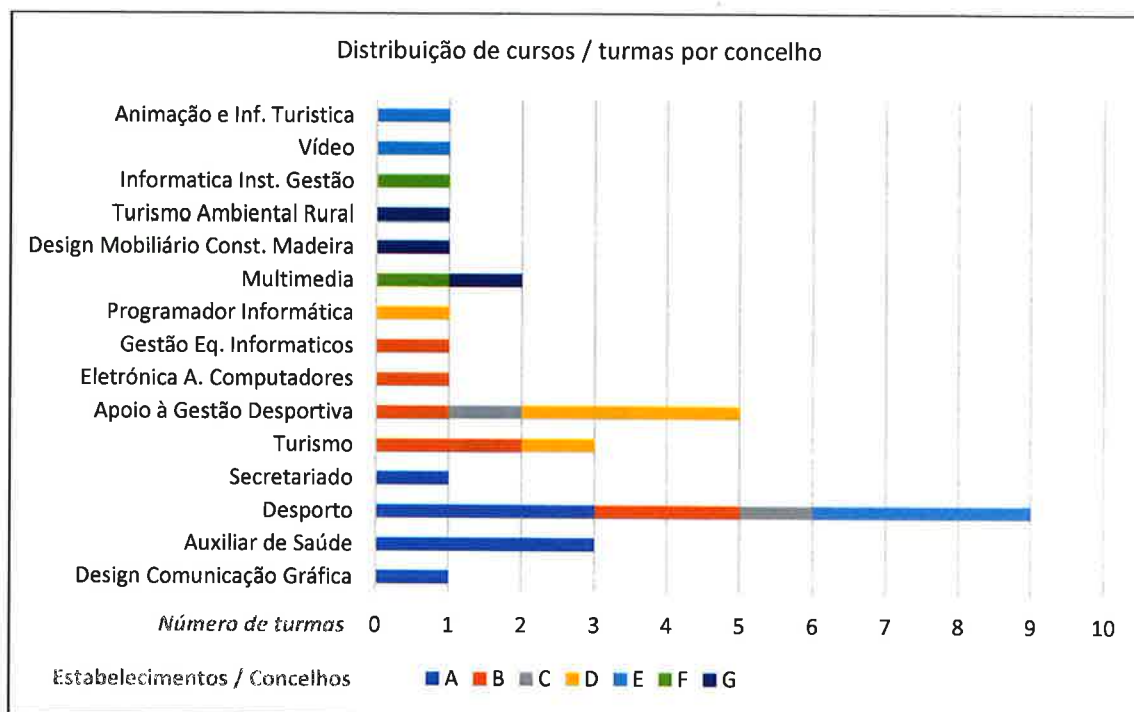


Gráfico 3 - Relação dos cursos / turmas em funcionamento em cada concelho.

Verifica-se que, nos estabelecimentos em análise, estão em funcionamento 15 cursos distintos, de diversas áreas de conhecimento, a operar em diferentes moldes:

- Animação e Informação Turística; Vídeo; Informática, Instalação e Gestão; Turismo Ambiental e Rural; Design de Mobiliário e Construções em Madeira; Programador de Informática; Gestão de Equipamentos Informáticos; Eletrónica, Automação e Computadores; Secretariado; Design de Comunicação Gráfica - Somente em 1 estabelecimento e com apenas 1 turma.
- Multimédia - Somente em 1 estabelecimento, com 2 turmas.
- Turismo - Em 2 estabelecimentos: 1 deles com somente 1 turma, outro com 2 turmas.
- Apoio à Gestão Desportiva - Em 3 estabelecimentos: 1 deles com 3 turmas; 2 com somente 1 turma.
- Desporto - Em 4 estabelecimentos: 2 com três turmas; 1 com 2 turmas; 1 com 1 turma.

Extraí-se da análise que a área que envolve maior número de estabelecimentos e de alunos é a do **Desporto** – cursos de Apoio à Gestão Desportiva e de Desporto – com 14 turmas. Segue-se a área do **Turismo** – cursos de Animação e Informação Turística, de Turismo Ambiental e Rural e de Turismo – com 5 turmas. A área da **Comunicação** – cursos de Vídeo, de Multimédia, Design de comunicação Gráfica - com 4 turmas. A área da **Informática** – cursos de Informática, Instalação e Gestão, Programador de informática; Gestão de Equipamentos Informáticos;

ESTUDOS

Organização dos Cursos Profissionais dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública da RAM
Relatório Intercalar

Eletrónica, Automação e Computadores – com 4 turmas. As áreas do **Design de Mobiliário e Construções em Madeira** e do **Secretariado** apresentam-se apenas com 1 turma.

Regista-se que o modelo de implementação diverge com a dimensão, características físicas do edifício e respetivos equipamentos, disponibilidade de meios humanos, localização e, naturalmente, com o enunciado no PEE.

Os modelos de materialização adotados são distintos, havendo cursos que funcionam apenas uma vez e não reabrem; cursos que se mantêm apenas com uma turma durante os 3 anos de duração (10.º, 11.º e 12.º anos) e que só são reabertos ao fim desse período; cursos que são retomados todos os anos, nos quais, por conseguinte, coexistem turmas de 10.º, 11.º e 12.º anos em atividade, tal como demonstram os gráficos seguintes:

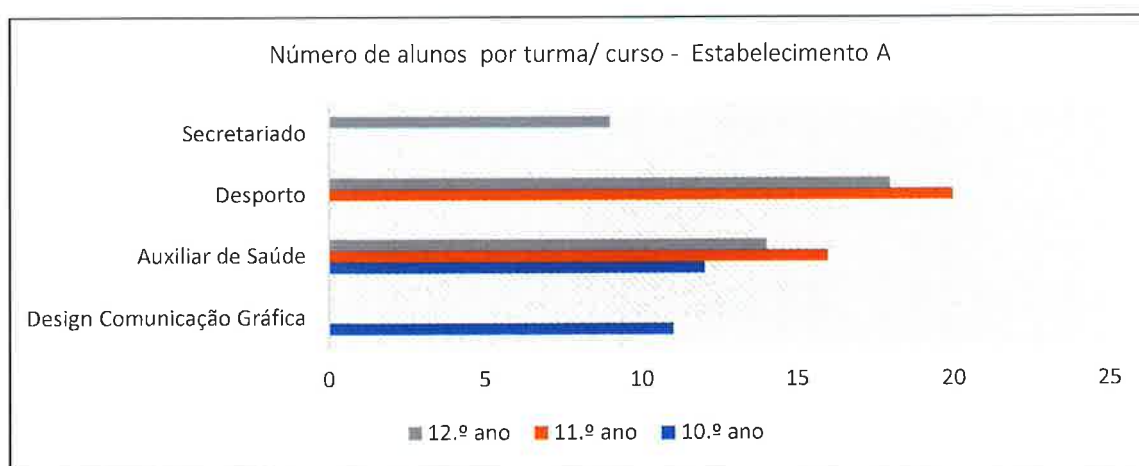


Gráfico 4 - Relação dos alunos do estabelecimento A distribuídos por curso e ano de escolaridade.

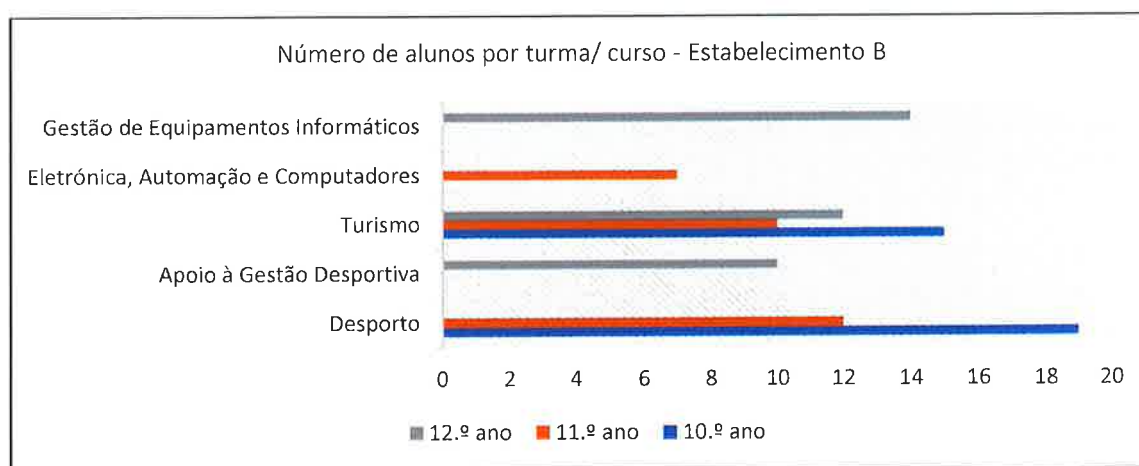


Gráfico 5 - Relação dos alunos do estabelecimento B distribuídos por curso e ano de escolaridade.

ESTUDOS

Organização dos Cursos Profissionais dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública da RAM
Relatório Intercalar

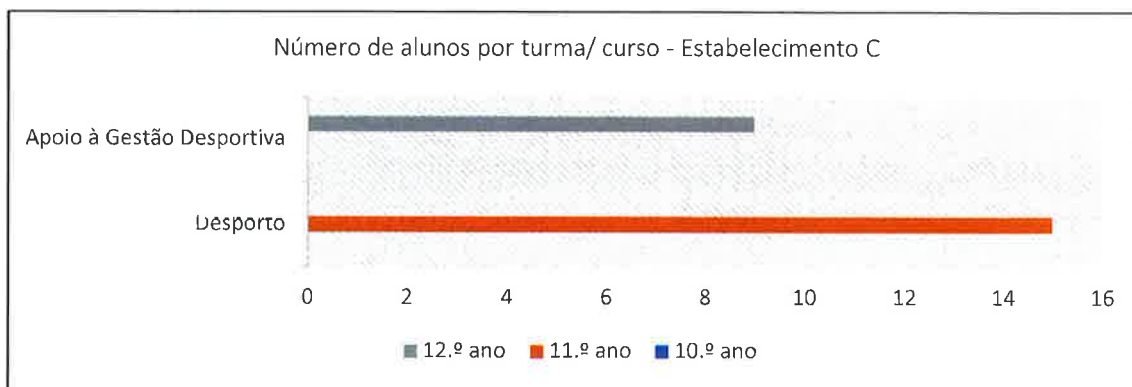


Gráfico 6 - Relação dos alunos do estabelecimento C distribuídos por curso e ano de escolaridade.

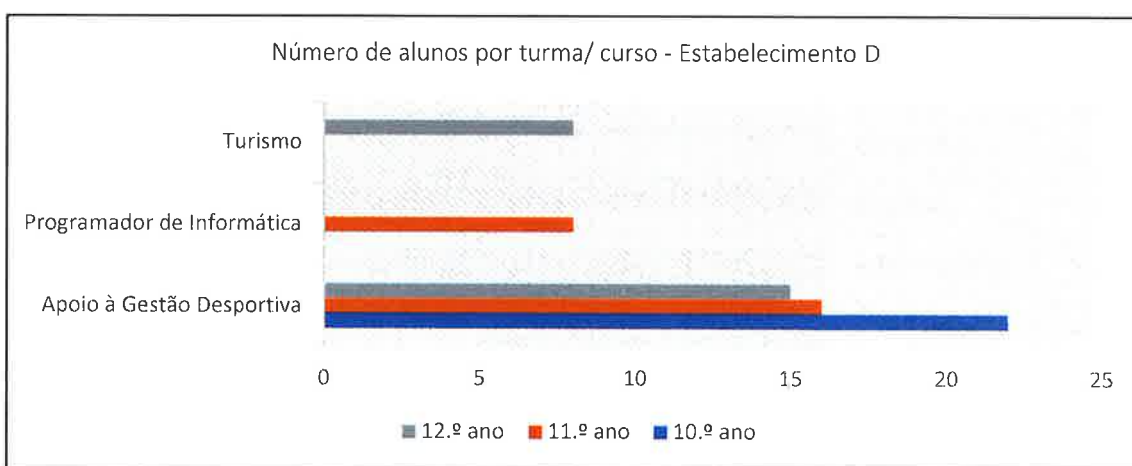


Gráfico 7 - Relação dos alunos do estabelecimento D distribuídos por curso e ano de escolaridade.

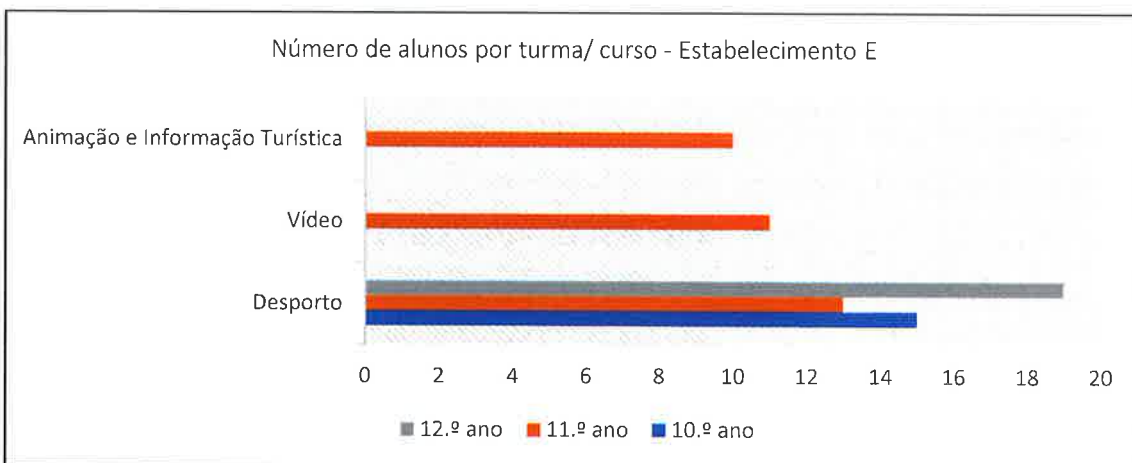


Gráfico 8 - Relação dos alunos do estabelecimento E distribuídos por curso e ano de escolaridade.

ESTUDOS

Organização dos Cursos Profissionais dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública da RAM
Relatório Intercalar

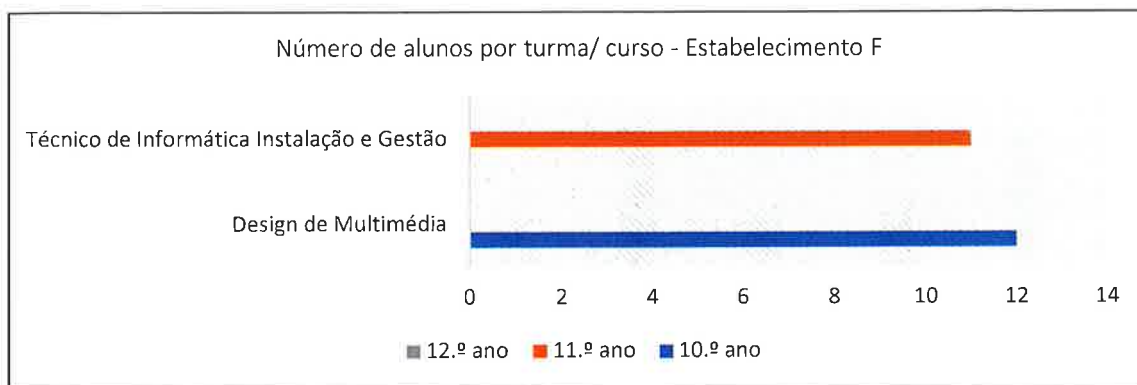


Gráfico 9 - Relação dos alunos do estabelecimento F distribuídos por curso e ano de escolaridade.

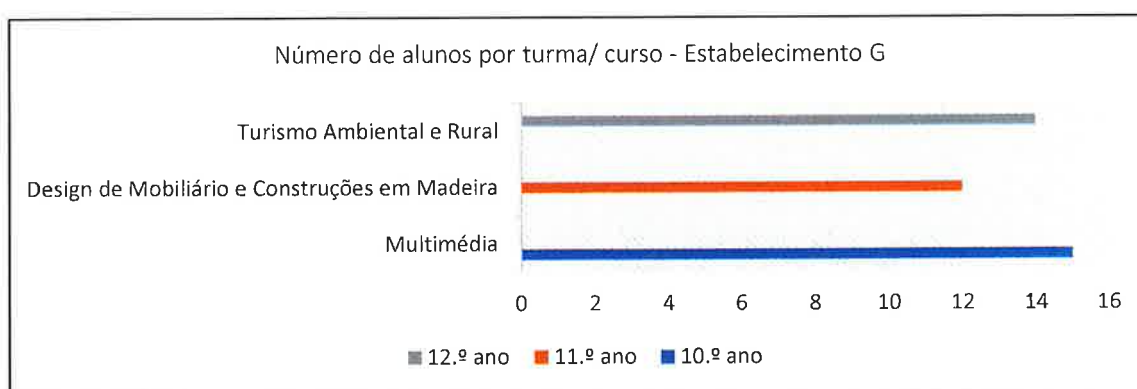


Gráfico 10 - Relação dos alunos do estabelecimento G distribuídos por curso e ano de escolaridade.

No que concerne aos meios humanos envolvidos, constata-se que a afetação de docentes à lecionação nos CP está circunscrita às disponibilidades do estabelecimento, não havendo contratação externa propositada para o efeito.

O modelo de distribuição de serviço docente varia com a dimensão do estabelecimento e as necessidades intrínsecas dos cursos implementados, verificando-se que:

- em 4 estabelecimentos, os docentes lecionam concomitantemente vários níveis de ensino – C, D, E e G;
- nos restantes 3 estabelecimentos, alguns dos docentes afetos aos CP, lecionam apenas este nível de ensino: A – 6,1%; B – 6,1%; F – 4,9%.

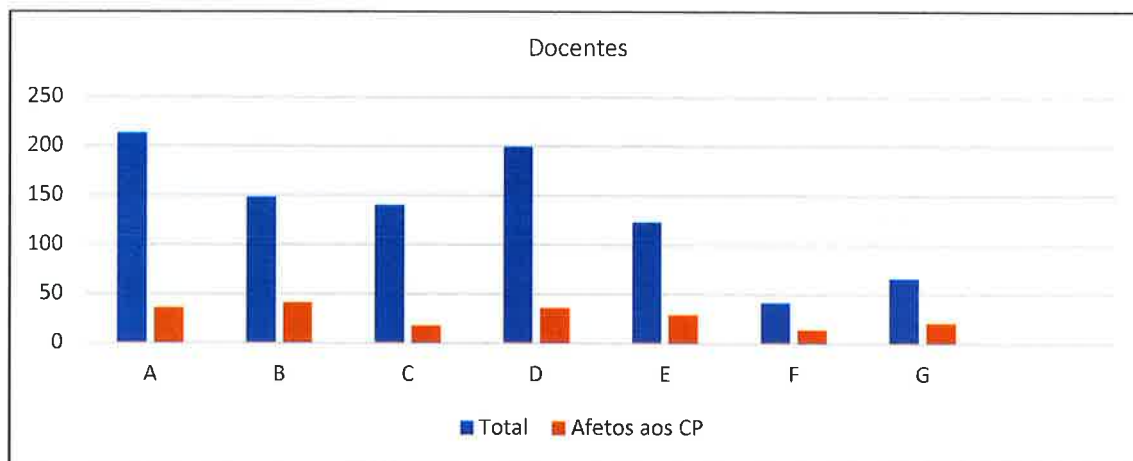


Gráfico 11 - Análise comparativa do número total de docentes com o número de docentes afetos aos CP em cada estabelecimento.

1.5. Colaboração dos estabelecimentos

Não há a reportar quaisquer condicionamentos ou obstáculos. Os diversos elementos da comunidade educativa mostraram-se abertos e cooperantes no decurso de todas as intervenções efetuadas até à presente data, tendo promovido reflexões internas orientadas para a implementação de melhorias.

2. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS

A enunciação de dados a seguir formulada decorre da análise comparativa da informação extraída dos memorandos elaborados na sequência da implementação do estudo nos 7 estabelecimentos intervencionados nos anos letivos de 2022/2023, 2023/2024 e 2024/2025.

2.1. LIDERANÇA E GESTÃO

2.1.1. Estruturas e cargos de coordenação pedagógica

Estruturas de coordenação

As estruturas de coordenação e gestão intermédia dos CP surgem, de um modo geral, nos documentos orientadores de todos os estabelecimentos, tendo sido aprovados e ratificados nos órgãos próprios. Em 5 dos estabelecimentos, a orgânica definida encontra-se detalhada no Regulamento dos Cursos Profissionais (RCP) e nos restantes 2, surge dispersa ao longo do texto do Regulamento Interno (RI).

Em todos os estabelecimentos, de acordo com a respetiva realidade, a orgânica definida abarca as valências consideradas necessárias no que toca à estrutura organizacional dos CP e às atribuições e competências dos intervenientes. As estruturas, cargos e instrumentos delineados são eficazes, no quadro dos contextos a que se reportam, criando as condições necessárias a uma rede organizacional assente na cooperação, orientação e apoio.

A coordenação dos CP assenta na figura do coordenador de curso (CC), existente em todos os estabelecimentos, que atua em colaboração com o CE e com os diretores de curso (DC) e diretores de turma (DT). Em 6 estabelecimentos, o CC surge como cargo autónomo, em 1, está integrado na coordenação do ensino secundário.

A atribuição dos cargos de DC e DT é efetuada de acordo com 2 modelos: cumulativamente, ao mesmo docente ou a diferentes docentes. Há estabelecimentos que utilizam em simultâneo os dois modelos.

Conselhos de turma/ Reuniões de equipa pedagógica

Em todos os estabelecimentos, a periodicidade das reuniões de conselho de turma (CT)/ equipa pedagógica está definida nos documentos orientadores. A mesma não é igual em todos e nem sempre satisfaz as necessidades inerentes ao planeamento, à reflexão/ação e à carga

ESTUDOS

burocrática decorrente dos procedimentos exigidos. Estão, igualmente, enunciados prioridades e campos de atuação, organização de atividades pedagógicas e competências dos CT.

Em 6 estabelecimentos, a definição de estratégias facilitadoras do exercício da articulação pedagógica, recomendada no PASEO e nas AE, é da incumbência dos CT e decorre do trabalho das equipas pedagógicas, no âmbito de reuniões formais e em encontros informais presenciais ou online; apenas em 1, estão previamente delineadas nos respetivos documentos orientadores.

Embora em todos os estabelecimentos seja evidente a existência de uma cultura de trabalho cooperativo entre os docentes, de partilha de documentos e informações, verifica-se que, atendendo à dificuldade em fazê-lo nas reuniões de CT por falta de tempo, esta é desenvolvida tanto em encontros presenciais formais e informais como online.

Em todos os estabelecimentos está instituída a prática de, sempre que necessário, se reverem planos de ação/reflexão conducentes à avaliação das estratégias de ensino com o intuito de fomentar a melhoria das aprendizagens dos alunos, ocorrendo ora em contexto de CT, ora a cargo de cada docente.

Em todos os estabelecimentos, os documentos orientadores contemplam critérios e modalidades de avaliação, respetivos processos e momentos, tanto no que concerne à avaliação ordinária como à extraordinária. De realçar, contudo, que nem todos dão a mesma relevância à avaliação formativa, verificando-se alguma desconformidade face ao disposto no PASEO.

Todos os estabelecimentos contemplam, nos documentos internos, orientações gerais de operacionalização dos procedimentos inerentes aos CP e apresentam um conjunto de documentos de apoio, abrangendo estratégias de planeamento e gestão da formação em contexto de trabalho (FCT) e da prova de aptidão profissional (PAP). Estão, igualmente, previstos momentos de informação aos alunos e encarregados de educação. Os respetivos processos são ajustados às especificidades de cada situação.

Espaços físicos e equipamentos

Em todos os estabelecimentos, a disponibilidade de meios físicos e humanos condiciona a abertura de CP. São definidos, anualmente, nos órgãos próprios, estruturas físicas e equipamentos específicos a alocar para a leção das disciplinas da componente tecnológica, todavia, a informação não consta dos documentos orientadores.

2.1.2. Oferta formativa e sua divulgação

Planeamento

Em todos os estabelecimentos, a oferta formativa foi submetida à aprovação do conselho pedagógico (CPdg) e à autorização da tutela, verificando-se a ocorrência de uma certa continuidade em algumas áreas. No seu planeamento, para além das necessidades e expectativas da população estudantil e do mercado de trabalho local, foram igualmente considerados os meios físicos e humanos disponíveis bem como a política da RAM nesta matéria. A sobreposição destes relativamente aos primeiros suscitou algum desagrado junto de alunos e EE.

Em todos os estabelecimentos, a permeabilidade entre ofertas formativas é assegurada de acordo com a legislação vigente. Todavia, regista-se a existência de uma série de condicionalismos que dificultam o processo, tanto na transição entre cursos científico-humanísticos e CP, como entre CP.

Com o intuito de orientar e apoiar os alunos que pretendem prosseguir estudos superiores, e por forma a criar alguma equidade relativamente aos alunos dos cursos científico-humanísticos, todos os estabelecimentos criaram estratégias de aconselhamento e apoio com vista à preparação para os exames nacionais.

Recrutamento de alunos

Nos estabelecimentos intervencionados, não estão formalmente definidos critérios de recrutamento/seleção de alunos para os CP, no entanto há uma prática instituída que inclui a análise de perfis e motivações, de acordo com os meios de cada estabelecimento.

Divulgação

Todos os estabelecimentos planeiam estratégias de divulgação da oferta formativa dirigidas a alunos e EE com o intuito de informar sobre o funcionamento dos CP, as aprendizagens que promovem, as saídas profissionais e a possibilidade de prosseguimento de estudos superiores.

Monitorização

Embora não estejam previstos mecanismos de monitorização dos resultados dos alunos relativamente ao prosseguimento de estudos ou ao ingresso no mercado de trabalho, na prática, é efetuada uma recolha informal de dados, respetiva análise e divulgação.

2.1.3. Constituição de turmas e gestão da carga horária

Gestão da matriz curricular

Ainda que todos os estabelecimentos apliquem critérios orientadores da distribuição da carga horária por ano e disciplina, apenas 3 os têm definidos *à priori* nos documentos orientadores, enquanto 4 os estabelecem anualmente. Estão implicados nesta tarefa, numa fase inicial, o CC e o CE, depois de auscultados os grupos disciplinares e os DC. A gestão quotidiana decorre em conformidade com a legislação vigente e as especificidades do modelo organizacional de cada estabelecimento, ficando a cargo dos DC em 6 estabelecimentos e do CC em 1.

Embora não estejam formalmente definidos os critérios sobrejacentes à elaboração dos horários/semanários dos alunos, todos os estabelecimentos procuram seguir a legislação vigente, as orientações da Direção Regional de Educação (DRE) e demais orientações internas decorrentes das realidades específicas, inclusive no que concerne às unidades de formação de curta duração (UFCD) e à FCT. Ocasionalmente, surgem dificuldades de calendarização da FCT resultantes da elevada carga horária dos cursos.

O planeamento das disciplinas decorre do estabelecido em conselho de grupo disciplinar com algumas adequações às características das turmas, quando a sequência e conteúdos dos módulos o permite, tomando como referentes o estabelecido no PASEO, nas AE e no perfil dos CP.

A articulação de conteúdos e disciplinas é particularmente custosa atendendo à dificuldade em conciliar módulos com diferentes cargas horárias e com conteúdos pré-determinados, genéricos, por vezes abstratos e algo desajustados relativamente ao conhecimento atual e à prática laboral. Não obstante, verifica-se que nas disciplinas /UFCD da componente tecnológica se torna mais exequível a articulação de conteúdos na medida em que alguns módulos se complementam. Note-se, ainda, que emerge do terreno a opinião de que os CP, em geral, deveriam contemplar uma maior preparação na área das competências sociais e das relações interpessoais.

A falta de manuais escolares ou de outro material estruturado de aprofundamento e apoio ao trabalho a desenvolver no âmbito temáticas versadas em algumas disciplinas/UFCD foi igualmente apontada como uma dificuldade sentida no planeamento das mesmas.

Nenhum estabelecimento definiu estratégias para a implementação de domínios de autonomia curricular (DAC) nos CP.

Em todos os estabelecimentos está definida uma estratégia interna para a componente de cidadania e desenvolvimento (CD), de carácter transversal, que serve de base à formulação de uma planificação específica para cada turma. A interdisciplinaridade e o desenvolvimento dos subtemas selecionados pelo CT ocorrem, essencialmente, no âmbito de visitas de estudo e de trabalhos de projeto. Ocasionalmente, surgem dificuldades de articulação decorrentes da disparidade da carga horária das disciplinas/UFCD e respetiva divisão em módulos.

ESTUDOS

As informações acerca da gestão da carga horária e da matriz curricular são comunicadas aos alunos e EE, no início do ano letivo.

Monitorização: documentos e responsáveis

Em todos os estabelecimentos foi definido um modelo próprio de monitorização, regulação e controlo da assiduidade de alunos e professores, por forma a assegurar o cumprimento da carga horária dos cursos, determinando medidas para as situações referentes a FCT; permutas de aulas e visitas de estudo; adiamentos e/ou antecipações de aulas e respetivos responsáveis.

Embora os documentos orientadores dos diversos estabelecimentos não contemplem a referência a mecanismos de registo e controlo burocrático da assiduidade, na prática, os mesmos são efetuados com recurso à plataforma place e a mapas internos de controlo das matrizes curriculares para verificação do cumprimento dos cronogramas.

O facto de a referida plataforma ainda não disponibilizar todas as valências necessárias à gestão da assiduidade nos CP cria dificuldades aos procedimentos de monitorização e controlo. Relativamente à FCT, o DC, o DT e o orientador acompanham o processo através de instrumentos de registo; de visitas sistemáticas às entidades de acolhimento (EA) e de registos diários/sumários efetuados pelos alunos.

2.1.4. Formação em contexto de trabalho

Plano de trabalho individual

Os estabelecimentos intervencionados elaboraram um modelo interno de plano de trabalho individual (PTI) - que contempla, entre outros, direitos e deveres; tarefas a desempenhar; horários e referenciais de avaliação; critérios a utilizar - delineado de forma a ser compatível com as restantes componentes do currículo e com a carga horária diária legalmente estabelecida.

Os contratos de formação foram devidamente formulados e assinados, nos termos da legislação vigente, em todos os estabelecimentos.

Relação com entidades de acolhimento

Foram definidos e aplicados critérios para a distribuição dos alunos pelas EA, em todos os estabelecimentos, embora não se encontrem, no seu todo, formalmente explicitados nos documentos orientadores.

A gestão do processo de distribuição, em todos os estabelecimentos, envolve uma série de etapas, desde a identificação de empresas parceiras até ao acompanhamento sistemático de proximidade do desempenho dos alunos durante a FCT.

E S T U D O S

Em todos os estabelecimentos, os protocolos são redigidos de acordo com a legislação vigente e as especificidades de cada situação, sendo assinados por todos os intervenientes.

Em todos os estabelecimentos, os seguros dos alunos são garantidos consoante as diferentes situações de trabalho junto das EA, havendo dois modelos: seguro escolar; seguro especialmente contratado para o efeito.

O transporte dos alunos para as instalações das EA é assegurado de acordo com o modelo dos serviços de ação social educativa (SASE) e a política social vigentes, para os que permanecem nos respetivos concelhos. Porém, para as restantes situações são adotadas outras medidas, designadamente: transporte próprio; transporte das EA; contratação de serviço de transporte.

2.1.5. Serviço docente

Distribuição do serviço docente

A distribuição do serviço docente segue, em todos os estabelecimentos, as orientações definidas na legislação vigente e nos documentos orientadores do estabelecimento. A afetação de docentes aos CP está circunscrita às disponibilidades do estabelecimento e decorre da designação do presidente do CE, de acordo com os perfis profissionais, as competências socioculturais e as manifestações de preferências.

O modelo de distribuição de serviço docente varia com a dimensão do estabelecimento e as necessidades intrínsecas dos cursos implementados, verificando-se, em 4 estabelecimentos, que os docentes lecionam concomitantemente vários níveis de ensino – C, D, E e G; nos restantes 3 estabelecimentos, alguns dos docentes afetos aos CP lecionam apenas este nível de ensino: A – 6,1%; B – 6,1%; F – 4,9%.

Os cargos de gestão intermédia (CC; DC; DT e orientadores da PAP e FCT) são designados nos termos da legislação em vigor e em consonância com regras internas em todos os estabelecimentos intervencionados.

Embora se registe a presença de uma cultura de valorização do trabalho cooperativo entre docentes, em todos os estabelecimentos, esta nem sempre é tida em conta nos horários/semanários dos docentes (HD), verificando-se as seguintes situações: em 4 são atribuídos 1 a 2 tempos da componente não letiva destinados a reuniões de equipa pedagógica e a encontros informais no âmbito dos CT, de cariz regular; em 3 estabelecimentos não estão contemplados tempos nos HD.

Relativamente à atribuição de tempos letivos para a orientação e acompanhamento da FCT e da PAP, verifica-se a adoção de modelos de gestão diversos que variam em conformidade com a dimensão dos estabelecimentos, o número de alunos e as singularidades da FCT, designadamente: 3 estabelecimentos atribuem tempos para a PAP e para a FCT; 4 atribuem apenas para a PAP.

ESTUDOS

Face à exigência do exercício dos cargos nos CP, e atendendo a elevada carga burocrática associada à gestão de procedimentos, emerge do terreno a necessidade de atribuição de tempos do crédito global horário para o desempenho de todos os cargos inerentes aos CP, designadamente CC, DC, e orientadores da PAP e da FCT, o que não é possível em alguns dos estabelecimentos.

Gestão da carga horária formativa

Todos os estabelecimentos definiram mecanismos internos para o registo, supervisão e controlo de faltas, adiamentos e/ou antecipações e saídas/visitas de estudo que envolvem a articulação entre os dados da plataforma place e os dados fornecidos pelos serviços internos, sempre sob a supervisão dos DC/DT e CE.

Ainda que os mecanismos criados visem assegurar o respeito pela carga horária diária e semanal dos alunos, por um lado, e garantir o cumprimento das leis do trabalho e do Estatuto da Carreira Docente da RAM, no que concerne à carga horária semanal/mensal dos docentes, por outro, constata-se a existência de fortes constrangimentos a esta harmonização decorrentes do próprio modelo de funcionamento dos CP.

Formação

Em todos os estabelecimentos intervencionados, existe um plano de formação delineado de modo a disponibilizar ações de formação cujos conteúdos sejam úteis ao desenvolvimento de todos os docentes que, no entanto, não inclui ações especificamente orientadas para a lecionação dos CP.

2.1.6. Parcerias e protocolos

Regulação

Estão definidos, em todos os estabelecimentos intervencionados, critérios para a seleção das EA concernentes com o perfil dos cursos e o estabelecido nos documentos orientadores.

Nos estabelecimentos intervencionados, não estão criados mecanismos formais de monitorização e avaliação das parcerias com o intuito de ajuizar da sua continuidade, embora se verifique estar instituída uma cultura de prática reflexiva sistemática sobre as relações com as EA.

2.1.7. Organização dos processos individuais dos alunos

Modelo de organização, regulação e monitorização

Em todos os estabelecimentos, foi delineado um modelo de organização e atualização do processo individual do aluno (PIA) com vista a assegurar eficácia no cumprimento do disposto na legislação vigente, estando devidamente identificados os responsáveis. Todavia, constata-se que, no geral, o mesmo carece de mecanismos de dupla conferência com vista à minimização da possibilidade de erro.

Os modelos implementados contemplam: histórico de avaliações das disciplinas/módulos/UFCD; registo biográfico (RB); documentação relativa à FCT e à PAP; matrícula; comprovativos/relatórios relativos a questões de saúde. Porém, variam relativamente à relevância dada à inclusão do registo dos projetos de CD e de atividades extracurriculares frequentados pelo aluno: 4 estabelecimentos inserem referências a CD e a projetos extracurriculares; 1 estabelecimento apenas a CD; 1 estabelecimento apenas a projetos extracurriculares; 1 estabelecimento não faz referência nem a CD, nem a atividades extracurriculares.

A operacionalização da atribuição da certificação académica e profissional é formalizada pelos serviços administrativos de acordo com as orientações da DRE, em modelo adaptado pelos diversos estabelecimentos.

2.2. GESTÃO CURRICULAR E AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

2.2.1. Gestão curricular e pedagógica

Gestão da matriz curricular de curso

Em todos os estabelecimentos, a distribuição da carga horária por ano/disciplinas/módulos está consonante com o estabelecido na legislação; a matriz curricular aprovada em CPdg não contempla disciplinas de oferta de escola; a carga horária diária, semanal, anual e global, apesar de elevada, está distribuída harmoniosamente.

Planeamento do projeto de turma

Em 6 estabelecimentos não foram formalmente constituídos projetos de turma (PT). Todavia, desenvolve-se um trabalho de articulação com o intuito de delinear estratégias diferenciadas e diversificadas, assim como atividades transdisciplinares, estas últimas

ESTUDOS

essencialmente nas UFCD da componente de formação tecnológica. É efetuada uma análise dos ritmos de aprendizagem dos alunos e está implementado um modelo de avaliação das aprendizagens que contempla as componentes formativa e sumativa. Em 1 estabelecimento procedeu-se à formalização do PT, que integra o percurso de aprendizagem dos alunos, a referência a ritmos de aprendizagem e características específicas; as planificações de aulas, atividades, projetos e visitas de estudo; as estratégias diferenciadas de aprendizagem.

Planeamento das disciplinas

Em todos os estabelecimentos, o planeamento das disciplinas decorre do estabelecido em conselho de grupo disciplinar, com algumas adequações às características das turmas, quando a sequência e conteúdos dos módulos o permite, tomando como referentes o estabelecido no PASEO, nas AE e no perfil dos CP.

Sempre que possível, são implementadas modalidades de trabalho cooperativo, trabalho de projeto e de investigação, assim como o recurso a saídas/visitas de estudo em algumas disciplinas. Verifica-se que a articulação de conteúdos e disciplinas é particularmente custosa, atendendo à dificuldade em conciliar módulos com conteúdos pré-determinados e diferentes cargas horárias.

Conceção / Orientação da PAP

Em todos os estabelecimentos, a PAP foi concebida de modo a gerar a aquisição das aprendizagens constantes dos documentos orientadores, sendo construída uma estrutura de acompanhamento e gestão que permite a sua monitorização ao determinar os instrumentos, a periodicidade e os intervenientes nas diversas fases. Foram definidos critérios e orientações relativos à conceção e elaboração do relatório, assim como à sua apresentação e avaliação.

O grau de exigência da prova no que concerne ao processo de planeamento, execução e avaliação introduz dificuldades que exigem a implementação de estratégias conducentes à sua superação.

Conceção / Orientação da FCT

A conceção e orientação da FCT segue, em todos os estabelecimentos, o estatuído na legislação em vigor e visa gerar a aquisição das aprendizagens constantes do currículo e do perfil profissional. Constatou-se que, em todos, há uma estrutura de acompanhamento e gestão do processo, que engloba instrumentos, periodicidade e intervenientes. Porém, nem todos os têm explicitados nos documentos orientadores: 5 explanam a estrutura de acompanhamento e gestão deste processo; 2 não incluem todos os aspetos do processo.

Em todos os estabelecimentos é efetuado um acompanhamento de proximidade com vista à análise e reequacionamento de situações que emergem no decurso do processo, pelo orientador da FCT secundado pelos DC/DT.

ESTUDOS

Sucesso de todos: estratégias estabelecidas

A definição de estratégias orientadoras relativamente aos procedimentos a utilizar para melhorar as aprendizagens dos alunos com dificuldades de aprendizagem é comum a todos os estabelecimentos, estando a sua implementação assegurada pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI). Concomitantemente, instituíram estratégias de acompanhamento sistemático das situações pelos DC/DT e pelos CT. Para além disso, em 2 estabelecimentos criou-se também um projeto destinado a intervir nesta área, disponibilizando apoios e acompanhamento.

Todos os estabelecimentos adotam estratégias de aconselhamento e apoio com vista à preparação para os exames nacionais, com o intuito de orientar e apoiar os alunos que pretendem prosseguir estudos superiores por forma a criar alguma equidade relativamente aos alunos dos cursos científico-humanísticos.

São, sempre que necessário, definidos mecanismos de recuperação.

A monitorização/avaliação da gestão do currículo e a respetiva análise com o intuito de promover eventuais ajustes das práticas de ensino e, conseqüentemente, da melhoria das aprendizagens ocorre nos diversos estabelecimentos do seguinte modo: em 5 está previsto que esta reflexão decorra em reuniões formais; em 2 fica ao critério de cada docente.

2.2.2. Avaliação das aprendizagens

Reflexão/ Ação

Em todos os estabelecimentos são previamente calendarizadas, no mínimo, 4 reuniões de CT/equipa pedagógica, ao longo do ano, ficando ao critério do DT a possibilidade de agendamento de reuniões extraordinárias. Nestas, são promovidas reflexões acerca das estratégias utilizadas com o intuito de reorientar o planeado e fomentar a melhoria das aprendizagens. Não obstante, consta-se que os procedimentos burocráticos associados ao registo e controlo da avaliação e assiduidade dos alunos ocupa um tempo significativo nos CT o que se constitui como um constrangimento ao desenvolvimento mais profundo do exercício de reflexão/ação em conjunto.

Em todos os estabelecimentos, os alunos e os EE são informados dos progressos e dificuldades, assim como das estratégias a adotar para as superar.

Critérios de avaliação

Em todos os estabelecimentos, estão definidos critérios de avaliação consentâneos com a visão de cada comunidade educativa. Pese embora com atribuição de diferentes percentagens, verifica-se a adoção de um modelo em que se estabelece uma separação das competências relacionais da dimensão dos conhecimentos e capacidades que dista do plasmado no PASEO.

E S T U D O S

Em todos os estabelecimentos, estão definidos os procedimentos inerentes à avaliação da PAP e da FCT, assim como os respetivos responsáveis.

Todos os intervenientes são chamados a participar no processo de ensino e aprendizagem, no âmbito das funções que lhes são atribuídas pela escola.

Procedimentos de registo

Em todos os estabelecimentos, são definidos procedimentos de registo da informação referente à avaliação dos alunos relativamente a instrumentos, responsáveis, datas e prazos em que devem ocorrer. Todo este processo é do conhecimento dos vários intervenientes.

Os critérios e fórmulas de apuramento das classificações da PAP, FCT e final estão em conformidade com a legislação vigente e são divulgados a todos os intervenientes no processo. Todavia, emerge do terreno a discordância relativamente ao peso atribuído à FCT face ao propósito dos cursos, considerando-se que seria necessário atribuir uma maior relevância às competências práticas essenciais ao mercado de trabalho.

São aplicadas estratégias de monitorização e controlo dos procedimentos de registo da avaliação das aprendizagens com o intuito de minimizar a possibilidade de erro.

Certificação

Os modelos de certificação em uso nos diversos estabelecimentos estão em consonância com os definidos pela tutela, não existindo contudo um modelo único. Estes modelos bem como os respetivos prazos de emissão contemplam as necessidades sentidas pelos alunos e respetivas famílias.

Resultados /Monitorização

Embora não estejam previstos mecanismos de monitorização dos resultados dos alunos relativamente ao prosseguimento de estudos ou ao ingresso no mercado de trabalho, na prática, é efetuada uma recolha informal de dados e respetiva análise.

Em 6 dos estabelecimentos, é efetuada uma análise crítica sistematizada dos resultados da avaliação interna final e da avaliação externa, verificando-se que 1 o faz apenas de modo informal. Os resultados desse processo são divulgados à comunidade apenas em 4 estabelecimentos.

2.2.3. Resultados escolares

A aferição dos resultados escolares, sem prejuízo da relevância dos resultados académicos, centrou-se numa análise mais ampla relacionada com aspetos sociais como relação entre professor e aluno, ambiente escolar criado e reconhecimento social.

Relação professor / aluno / professor

No âmbito da promoção da qualidade da relação interpessoal entre professores e alunos, constatou-se que, em todos os estabelecimentos, se preza uma relação de proximidade, mais evidente no contexto do desenvolvimento das PAP e da FCT. Ao nível do estabelecimento, também se verificou que são implementadas estratégias promotoras da criação de um ambiente de boa convivência.

Ambiente escolar

Nos documentos orientadores de 6 estabelecimentos, estão definidas regras promotoras da criação de um ambiente de boa convivência, referindo modelos de funcionamento, atribuições dos órgãos de gestão intermédia e direitos e deveres de todos os elementos da comunidade educativa. Em 1 estabelecimento, embora estas regras não estejam explicitadas nos documentos, os procedimentos em uso são tácitos, havendo um grande envolvimento do CE e dos CT.

Reconhecimento social

Em 2 dos estabelecimentos, há uma grande procura de CP por parte de alunos oriundos de outras áreas de residência. Em 4, essa procura ocorre maioritariamente por parte de alunos do próprio concelho, devido a constrangimentos como a localização do estabelecimento e a insuficiência de transportes públicos.

O modelo de cursos implementado e respetiva adequação ao meio envolvente bem como a capacidade organizativa demonstrada pelas equipas e o nível performativo dos alunos refletem-se na cativação e envolvimento das EA.

Há um crescente reconhecimento social dos CP que se traduz no convite a alguns alunos para participação em eventos promovidos pelas EA ou no estabelecimento de laços laborais após o término da FCT.

ESTUDOS

3. CONCLUSÕES

O estudo desenvolvido até ao momento permite concluir que, em termos globais, todos os estabelecimentos respeitaram os normativos que regem o planeamento, implementação e gestão dos CP, tendo encetado esforços no sentido de encontrar estratégias, mecanismos e procedimentos com vista a colmatar, o melhor possível, os constrangimentos geradores de dificuldades.

Relativamente aos normativos, destacam-se os seguintes constrangimentos: conteúdos programáticos desajustados na sua contemporaneidade e na relação com as práticas; carga horária formativa global excessiva; carga horária dos módulos desajustada relativamente aos conteúdos programáticos e ao peso na média global das disciplinas/UFCD; ponderação desajustada das diferentes componentes na média global, designadamente da PAP e da FCT.

No que concerne a constrangimentos inerentes aos contextos específicos dos estabelecimentos, há a salientar a dimensão, características e localização do próprio estabelecimento; a limitada oferta de meios de transporte público; o perfil docente; a dificuldade em assegurar a permanência do quadro docente e as particularidades do meio envolvente.

Os constrangimentos identificados geraram dificuldades ao nível da articulação inter e transdisciplinar; da definição de estratégias fomentadoras do trabalho colaborativo; do envolvimento dos alunos e EE ao nível da tomada de decisão sobre o processo avaliativo e da gestão dos horários dos alunos e dos professores, designadamente no que concerne à FCT. Apresentam-se, igualmente, como dificuldades a densidade da carga burocrática associada à gestão dos procedimentos dos CP, a escassa disponibilidade do crédito global de tempos para satisfazer a necessidade de atribuição de redução da componente letiva aos docentes orientadores da PAP e da FCT e a insuficiente documentação de aprofundamento das temáticas das disciplinas/UFCD.

É de salientar que, em termos genéricos, todos os estabelecimentos reconhecem os CP como uma mais-valia tanto para a formação dos jovens, ao proporcionarem uma resposta alternativa aos cursos científico-humanísticos, como para o desenvolvimento do meio envolvente. Há uma crescente aposta neste tipo de formação.

De um modo geral, todos os estabelecimentos revelaram abertura e disponibilidade para colaborar no presente estudo, tendo promovido, ainda, no decurso da intervenção, reflexões internas orientadas para a implementação de melhorias.

4. RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

Considerando todos os dados recolhidos e as conclusões obtidas até ao momento, sem prejuízo do reconhecimento das boas práticas implementadas, destacam-se as seguintes recomendações e propostas.

4.1. Recomendações aos estabelecimentos

- Seria de promover uma reflexão sobre:
 - o a adequação dos documentos orientadores internos relativos aos CP ao explanado na Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto;
 - o a criação de estratégias promotoras de uma melhor articulação inter e transdisciplinar;
 - o a definição de estratégias fomentadoras do trabalho colaborativo entre docentes conforme princípio orientador defendido na alínea s), do n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, adaptado à RAM pelo Decreto-Legislativo Regional n.º 11/2020/M de 29 de julho, ambos na sua redação atual, bem como na alínea i), do artigo 3.º, da Portaria n.º 235-A/2028, de 23 de agosto;
 - o a formalização de um instrumento de planeamento do currículo da turma, de acordo com o estabelecido no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e o recomendado no artigo 19.º da Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto.
 - o a adequação da calendarização das reuniões de avaliação ao perfil dos cursos;
 - o o delineamento de estratégias promotoras do acompanhamento dos alunos que pretendem candidatar-se aos exames nacionais;
 - o a promoção de uma maior participação de alunos e EE na tomada de decisão relativa à conceção do processo avaliativo dos alunos, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho;
 - o a gestão dos horários da FCT junto das EA através do delineamento de estratégias de controlo interno relativas à elaboração dos HA conducentes ao efetivo cumprimento do estabelecido no ponto 3, do artigo 7.º, da Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto e na alínea b) i), do artigo 16.º, da Portaria n.º 313/2022, de 20 de junho;

- a implementação de estratégias para preparação do processo da PAP de modo a minimizar as dificuldades relativas ao seu grau de exigência;
- a definição de critérios de avaliação consonantes com o constante no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e no artigo 22.º da Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, por forma a contemplarem o constante no PASEO, nas AE, nos perfis profissionais e nos documentos curriculares respeitantes a cada CP;
- a adoção de mecanismos de segunda conferência no controlo e monitorização dos processos inerentes à gestão e guarda dos PIA, com vista à minimização da possibilidade de erro;
- a integração da menção a projetos e/ou atividades extracurriculares e de CD no PIA do aluno, no cumprimento do estipulado no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2023/M, de 09 de janeiro;
- a criação de mecanismos de monitorização dos resultados dos alunos (escolares, índices de empregabilidade e de prosseguimento de estudos) com vista à tomada de decisão;
- a diversificação da oferta formativa em consonância com os perfis dos alunos e meio local;
- os mecanismos de controlo da carga horária formativa, por forma a assegurar uma efetiva supervisão do registo e controlo de faltas dos docentes, adiamentos e/ou antecipações de aulas e saídas/visitas de estudo mais facilmente harmonizável com as leis do trabalho e o Estatuto da Carreira Docente da RAM;
- a gestão da carga burocrática associada ao funcionamento dos CP;
- a atribuição de tempos de redução da componente letiva aos docentes orientadores da PAP e da FCT;
- a frequência de ações de formação contínua no âmbito do ensino profissional e análise do impacto dessa formação na melhoria das práticas.

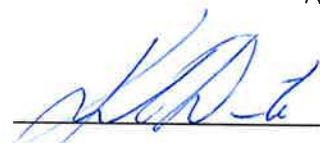
4.2. Propostas à tutela

- Seria proveitoso que a administração educativa levasse a cabo uma reflexão sobre:
 - A legislação dos CP, no que toca aos seguintes aspetos:
 - orgânica;
 - perfil de cada curso;
 - matriz curricular e carga horária global;
 - carga horária das disciplinas/ UFCD e respetiva divisão em módulos;
 - carga horária da FCT;
 - conteúdos programáticos das disciplinas/ UFCD;

- conteúdos programáticos e carga horária das disciplinas sujeitas a exame final nacional, criando equidade relativamente aos alunos dos cursos científico-humanísticos;
 - atribuição de valoração das competências práticas essenciais para o sucesso no mercado de trabalho;
 - fórmula de apuramento da avaliação final dos CP com maior valoração da FCT;
 - permeabilidade entre ofertas formativas;
 - atribuição de tempos de redução da componente letiva aos docentes orientadores da PAP e da FCT.
- A possibilidade de a plataforma place contemplar todas as dimensões da gestão dos CP, incluindo os procedimentos inerentes à certificação.
 - A oferta de CP de modo a corresponder às expectativas dos alunos, sem prejuízo da necessária harmonização com a política da RAM.
 - A disponibilização de documentação de aprofundamento das temáticas das disciplinas/UFCD.

Data: 10 / 02 / 2026

A Equipa Inspetiva



(Ana Cristina Duarte)



(Clarinda Pestana)